

EDITORIAL

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba tem a honra de apresentar a nona edição da *Revista Cognitio*, reafirmando seu compromisso permanente com a diversidade, a excelência acadêmica e a valorização das Ciências Sociais. Nesta edição, contamos com a participação de renomados pesquisadores provenientes do Brasil, Canadá, Chipre, Portugal e Espanha, cujas contribuições enriquecem o debate científico e ampliam a compreensão sobre diferentes contextos jurídicos e sociais.

Os artigos aqui reunidos se articulam em torno de temas centrais para compreender os dilemas contemporâneos, organizados em seções temáticas que oferecem ao leitor uma visão integrada e crítica sobre tecnologia, cultura, direito, governança e sociedade.

Cada texto proporciona ao leitor a oportunidade de conhecer realidades distintas, promovendo uma visão plural e aprofundada das experiências vividas por diversos povos. A *Revista Cognitio* consolida-se, assim, como um espaço de diálogo e reflexão crítica, capaz de transcender fronteiras e fomentar a construção de saberes que contribuem para sociedades mais inclusivas, justas e conscientes de sua complexidade.

No âmbito da tecnologia e justiça, destacamos o artigo **“(In)validade do reconhecimento facial como prova: riscos, vieses e parâmetros”**, que expõe os desafios da utilização de tecnologias algorítmicas no processo penal. Complementarmente, o estudo **“Governo digital e estratificação social: uma análise crítica da digitalização de serviços públicos sob a ótica da exclusão”** alerta para os riscos de aprofundamento das desigualdades em contextos de desigualdade tecnológica.

Em cultura e resistência, o texto **“Entre brinquedos e alianças: adultização, violência de gênero e casamento infantil no Brasil”** analisa práticas que retiram meninas da infância e perpetuam exclusão social. Já o artigo **“Gramáticas de lo sincrético en Brasil y Cuba: perspectiva comparada de una resistencia cultural”** mostra como a linguagem se torna espaço de preservação identitária frente à colonização e à homogeneização.

Nos direitos e valores, **“Reflexões sobre a desconstitucionalização e a desaxiologização do direito”** alerta para o esvaziamento de valores constitucionais e éticos, enquanto **“Direitos Humanos, capitalismo,**

desigualdade e exclusão sociais: desafios contemporâneos à construção da cidadania” discute os obstáculos estruturais à cidadania plena. O artigo **“Fundo compensatório da Reurb-S e o direito fundamental à moradia”** aborda a política urbana e o acesso à habitação digna, e **“Civil liability for non-compliance with parental duties”** examina a responsabilidade civil em contextos familiares.

No campo da formação judicial, o texto **“Formação judicial e mudança de paradigmas: a importância da atuação das escolas da magistratura na promoção de uma justiça inclusiva e interseccional”** destaca o papel das instituições formadoras na construção de uma justiça mais plural.

Na literatura estrangeira, o artigo **“As (dis)funções da pena e o abolicionismo penal de Thomas Mathiesen”** revisita teorias críticas sobre a pena e denuncia a irracionalidade da prisão, enquanto **“Lethal autonomous weapons systems: legal and ethical dilemmas in an era of algorithmic warfare”** discute os riscos éticos e jurídicos da delegação de decisões letais a sistemas autônomos.

Em governança financeira, **“O comitê da Basiléia e a arquitetura regulatória no Brasil”** analisa os impactos da regulação internacional na estabilidade nacional. Já em governança internacional, **“Sovereignty as a constitutive element of the state and international law: contemporary challenges in light of the U.S. 2026 intervention in Venezuela”** problematiza os limites da autodeterminação dos povos, e **“Diálogo judicial entre órganos internacionales de protección de los derechos humanos como medio para fortalecer la gobernanza extraterritorial en un contexto político impredecible”** apresenta o diálogo judicial como instrumento de fortalecimento da proteção internacional dos direitos humanos.

Ao reunir reflexões sobre tecnologia, cultura, direito, governança e sociedade, esta edição reafirma o compromisso da *Revista Cognitio* em fomentar debates críticos e interdisciplinares. Os artigos aqui apresentados convidam o leitor a refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de sociedades mais justas, democráticas e conscientes dos desafios do nosso tempo.

Boa leitura!

Milena Barbosa de Melo

Editora-chefe

EDITORIAL

Milena Barbosa de Melo